

AS RELAÇÕES SOCIAIS DO ALUNO AUTISTA COM ALUNOS SEM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Jucimara Carvalho da Silva¹
Karolina Ribeiro Oliveira²
Rallyme Vasconcelos Costa³
Sandra Elaine de Souza Gomes⁴
Francisca Keila de Freitas Amoedo⁵

RESUMO: Este estudo tem por objetivo analisar as relações sociais do aluno autista com o aluno sem deficiência. A metodologia ancora-se numa abordagem qualitativa, utilizou-se ainda de estudos bibliográficos, documental, livros, dissertações e artigos para abordar sobre o papel do professor no processo de inclusão de alunos autista e não autistas baseadas em Paula e Peixoto (2019), Gomes e Mendes (2010), Mantoan (2011), Vygotsky (1997), Arons (2012) e documentos como a LDB (1996), CF (1988). Os resultados obtidos mostram que o papel do professor faz toda a diferença no processo de inclusão dos alunos independente de sua especificidade. Conclui-se que a importância da qualificação continuada do professor proporciona aos educadores uma visão ampliada da realidade educacional, mas também social, contribuindo para uma melhor qualidade da prática pedagógica no processo de ensino aprendizagem assim como acolher sem discriminar os que são diferentes, valorizando a pluralidade das necessidades independente das especificidades individuais de cada um. Pois as relações sociais de estudantes com o Transtorno do Espectro Autista/TEA são excepcionalmente relevantes para que estabeleça vínculos entre seus pares, por isso, cabe ao espaço escolar e familiar estimular a sua comunicação e interação social de forma que ultrapasse os padrões de comportamento repetitivos no cotidiano.

PALAVRAS- CHAVE: Professor Formação, Inclusão, Alunos Autistas.

INTRODUÇÃO

A temática apresentada trata das relações sociais entre alunos autistas e alunos não autistas no âmbito escolar. A problemática é, como ocorre as relações sociais do aluno

¹Graduada em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Sociais, educação e Zootecnia, da Universidade Federal do Amazonas/ICESZ/UFAM, e discente do curso de pós-graduação em Educação Especial e Educação Inclusiva/EDUCANORTE. jucimara34carvalho@gmail.com.

² Graduada em Licenciatura em letras - língua portuguesa, no Centro de Estudos Superiores, da Universidade Estadual do Amazonas CESP//UEA e discente do curso de pós-graduação em Educação Especial e Educação Inclusiva/EDUCANORTE.

³ Graduada em Licenciatura em letras - língua portuguesa no Centro de Estudos Superiores, da Universidade Estadual do Amazonas CESP//UEA e discente do curso de pós-graduação em Educação Especial e Educação Inclusiva/ EDUCANORTE. rallyme.vasconcelos@gmail.com.

⁴ Graduada em Licenciatura em Física, no Centro de Estudos Superiores, da Universidade Estadual do Amazonas CESP//UEA e discente do curso de pós-graduação em Educação Especial e Educação Inclusiva/ EDUCANORTE. Elain.sandragomes@gmail.com.

⁵ Professora efetiva da Universidade do Estado do Amazonas, graduação em Pedagogia - UNIALSELVE (2010) e graduação em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2005). Keylamoedo@hotmail.com.

autista com o aluno sem deficiência? Nosso objetivo geral é analisar as relações sociais do aluno autista com o aluno sem deficiência e os específicos são: investigar como se dá a relação aluno autista e aluno sem deficiência na escola; conhecer quais dificuldades há na aproximação entre alunos com e sem deficiência com no âmbito escolar; e, analisar se há e como ocorre o processo de socialização entre alunos com e sem Autismo.

A temática justifica-se a partir da inquietação de investigar o processo de inclusão entre os alunos autistas e não autistas, visando compreender as dificuldades encontradas nesse processo de socialização no âmbito escolar. Pois a inclusão escolar está presente desde 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN/1996, que estabeleceu princípios e fins da educação na perspectiva da educação inclusiva. A inclusão caminha a passos lentos desde 1996, mas já avançou bastante e vem ganhando ânimo ao longo dos anos. Algumas escolas vêm acolhendo sem discriminar aqueles que são diferentes, mas há as que ainda de algum amaneira discriminam estudantes TEA ou com alguma deficiência.

A relevância da pesquisa baseia-se na importância de entender como as relações sociais entre alunos TEA e não TEA, contribuem para uma inclusão entre alunos, independentemente de qualquer especificidade que possam apresentar para um a socialização mais integradora, acolhedora, plural no atendimento das necessidades de cada um no ambiente escolar. Assim, investigar essa problemática faz-se necessário para compreendermos que o ensino é a ponte para promover uma aprendizagem de forma significativa, contextualizada com a dimensão social, cultural e ambiental dos alunos com uma deficiência ou não.

METODOLOGIA

O Método de abordagem utilizada para esse projeto é o dedutivo que, segundo Zanella (2013) apresenta-se como um meio que parte do geral para o particular, fazendo uma análise de informações para chegar a uma conclusão, assim, dando início a pesquisa começando por uma ideia geral que chegou a uma conclusão específica. Para o método de procedimento, que consiste numa investigação para maior objetividade do trabalho, utilizou-se o comparativo que “ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 38). O procedimento técnico usado nesse

trabalho provem de pesquisa bibliográfica, onde entende-se que esta “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2002, p. 44). Como sujeitos da pesquisa, dos quais os dados foram obtidos, temos então estudantes que possuem o transtorno do Espectro Autista mais aqueles que não as possuem, investigando o relacionamento que ambos constroem apesar das dificuldades. Para o lócus da pesquisa, que se caracteriza pelo lugar onde buscamos mais aprofundamento sobre algo, no caso, a escola, a biblioteca conseguimos por meio desta o aprofundamento necessário no entendimento dos relacionamentos sociais no período escolar,

Utilizamos para este trabalho a abordagem qualitativa, por meio método revisão de literatura em livros, dissertações, artigos e autores que discutem essa temática Paula e Peixoto (2019), Gomes e Mendes (2010), Mantoan (2011), Arons (2012) e documentos como a LDB (1996), CF (1988) como campo de estudo. Nosso objeto de estudo pauta-se em: como as relações sociais entre alunos autista e não autistas orientada pelos professores, contribuem para a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar.

RELAÇÃO ENTRE ALUNO AUTISTA E ALUNOS E ALUNO SEM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA.

A Educação Inclusiva é diferente da Educação das escolas comuns, que são chamadas também de regulares, não só pelo fato em ser voltada para alunos com algum tipo de deficiência, pois, ela tem como objetivo fortalecer as habilidades de socialização e transformar o pensamento censurado sobre as deficiências ou transtornos, as diferenças podem compor um cenário de oportunidades de aprendizagens e convivência que pode favorecer todos.

Essa categoria de ensino incide em ser aposta pautada em uma política mais correspondente as condições específicas de cada pessoa. Pois “a escola inclusiva é uma escola comum – ou regular – que acolhe todos os tipos de alunos, independente das diferenças. Nela, são criadas situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos” (FERREIRA, 2018, p.4 apud BATISTA, 2023, p.7). Ao relacionar aluno autista com aluno sem deficiência “dito normal”, logo é preciso compreender que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma casta neurológica que afeta de maneira drástica a extensão da interação social e da comunicação. Com isso, é perceptivo o quão importante é a formação inicial e continuada do professor em sala de

aula para que possa advir a melhoria na relação entre aluno autista e aluno sem deficiência “dito normal”.

Entendendo a importância de um ensino que valorize as várias formas de produzir os conhecimentos científicos, surgiu o interesse em pesquisar: Como vem sendo a formação docente inicial, considerando a educação inclusiva?

Compreende-se que é importante que os docentes tenham uma noção sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, pois há diferença entre elas. A diferença principal consiste em: a educação especial é voltada para o deficiente em si sendo oferecida geralmente em escolas específicas, já a educação inclusiva é oferecida em escolas regulares, como objetivo principal possibilitar um espaço educacional ambiente de igualdade e oportunidades para que todos possam ter acesso a uma educação que considere as particularidades de cada indivíduo. Conforme estabelece a lei nº 9394/1996.

[...] § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. [...] Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades [...] (LDBN-Lei 9394/1996).

De acordo com a LDB/1996, esses direitos são legais, mas, das muitas situações recorrentes nesse campo educacional, há muitos questionamentos dos docentes sobre o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE), por exemplo, supomos que essa situação é decorrente da ausência de entendimento sobre o referido procedimento. Neste sentido, entendemos que a formação docente precisa ter no mínimo uma proximidade/entendimento com/da educação inclusiva, sobretudo, os docentes de qualquer área, para saberem como lidar com todas as crianças, aplicando conceitos e definição nessa situação.

Vale salientar que todas as crianças com TEA apresentam dificuldades comportamentais em algum grau. A criança se mostra dispersa, apresentando estereotipia, no entanto, há momentos que se mostra afetuoso, por ela ser autista não quer muito afago, só depois de estabelecida a confiança (ARONS, 2012). Ou seja, ele precisa estabelecer uma relação de confiança seja com o professor ou qualquer outra pessoa.

No comportamento do aluno com TEA, é possível perceber que cada aluno tem comportamentos diferentes, uns mais agitados, outros mais quietos, então a interação varia de acordo com o grau de cada um.

Pois a Constituição Federal assegura o direito a educação como um direito social que deve ser garantido a toda e qualquer pessoa. Assim, a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, em escolas regulares no Brasil, é vista como direito à igualdade de condições para o acesso e para a permanência na escola (GOMES; MENDES, 2010).

Com isso, cabe ao professor em sala de aula promover a relação inclusiva entre aluno com autismo e aluno sem deficiência. A escola é um espaço no qual ocorrem vários relacionamentos, aluno-professor, professor-aluno, aluno-aluno e dessa forma, pode contribuir para a constituição de laços de afetividade e socialização. Esses aspectos são essenciais para a construção uma rotina escolar no caso dos alunos com autismo ou não.

DIFICULDADES NA APROXIMAÇÃO ENTRE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA COM NO ÂMBITO ESCOLAR. O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO?

A Constituição Federal de 1988, em seu “Art. 205. Preconiza que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Indubitavelmente, é assegurado o direito da criança ao ambiente educacional, possua ela alguma especificidade ou não.

A Lei nº 9.394 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu Art. 1º - estabelece que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996). Assim, tanto a CF/1988 quanto a LDBEN/1996, afirmam, que a educação é direito obrigatório, incluem todas as crianças de quatro à dezessete anos, independente da especificidade que apresentarem, transtornos (de diversos tipos) e deficiências ou não possuírem nenhuma, porém o seu lugar é dentro da escola, neste lugar formador e inclusivo.

Entre os inúmeros desafios que permeiam a educação no Brasil, há também a questão da formação continuada do professor, pois tal ausência afeta diretamente a sua

prática pedagógica docente, refletindo no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Desta maneira, o professor que busca formação continuada está preocupado com a sua identidade, a sua prática pedagógica, em abordar problemáticas que se colocam na sociedade e no cotidiano escolar, como parte do processo de ensino e aprendizado dos alunos. Até porque a formação continuada é um direito e uma necessidade do educador para melhorar sua prática pedagógica, que não pode mais ficar só com a sua formação inicial, pois esta não abarca todas as especificidades da realidade. Nóvoa (2009, p. 30) argumenta que:

Ser professor é compreender os sentidos da instituição escolar, integrar-se numa profissão, aprender com os colegas mais experientes. É na escola e no diálogo com os outros professores que se aprende a profissão. O registro das práticas, a reflexão sobre o trabalho e o exercício da avaliação são elementos centrais para o aperfeiçoamento e a inovação.

Cabe ao professor a construção da sua identidade e do seu saber fazer, o qual constrói junto com os colegas de profissão, assim como, pensar criticamente sobre a sua prática em busca de uma identidade própria, que vai se forjando historicamente e que os saberes docentes vão acompanhando este percurso e melhorando sua prática. Para Freire, (1996, p. 44), “quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me [...]”. Pois, ao questionar-se, abre caminho para o seu aperfeiçoamento profissional. Entendendo que são formadores de sujeitos e como tal precisam se aperfeiçoar. Delors (2003, p. 159), explicita que “para ser eficaz terá de recorrer a competências pedagógicas muito diversas e a qualidades humanas como autoridade, paciência e humildade [...]. Melhorar a qualidade e a motivação dos professores deve, pois ser uma prioridade.” Ou seja, é necessário buscar novas formas de trabalhar conteúdo para tornar o cotidiano mais leve, saindo do comodismo de sua prática imutável.

Para Soares e Pinto, (2001, p. 7) o professor “[...] será incentivador, facilitador, mediador das ideias apresentadas pelos alunos, de modo que estas sejam produtivas, levando os alunos a pensarem e a gerarem seus próprios conhecimentos”. Daí a importância de dar continuidade aos seus estudos. Pois, como bem pontua Freire e Campos (1991), o educador deve considerar o “conhecimento de mundo” ou “identidade cultural” que o educando traz consigo a partir de suas vivências em diversos ambientes e

classe social. Pois queremos uma pedagogia que sem renunciar ao rigor curricular, admita a espontaneidade, o sentimento, a emoção, e aceite como ponto de partida, o “aqui e o agora”, perceptivo, histórico e social dos alunos”. Assim, a contextualização dos saberes dos alunos implica que o professor tenha uma prática diferenciada que vai influenciar no seu método de trabalho, contextualizando os conteúdos pragmáticos, correlacionando teoria e prática que são indissociáveis.

Destarte, que no Artigo 62, da LDBEN no § 1º, define que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. E continua no § 4º, que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública” (BRASIL, 1996). Além do mais, o § 1º do art. 5º das Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, entre outras disposições, estabelece que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores”. Inclusive a BNCC prevê aprendizagens essenciais, a serem garantidas aos estudantes, para o alcance do seu pleno desenvolvimento” (BRASIL, 2017 e 2018).

Apesar de todas essas Leis que estabelecem e definem ações para a formação continuada do professor pouco foi feito, houveram mudanças muito superficiais e os paradigmas que orientam as escolas e o trabalho do professor continuam sem alteração. Como bem pondera Imbernóm (2011, p. 7) “[...] a instituição educativa evoluiu, mas o fez sem romper as linhas diretrizes que lhe foram atribuídas em sua origem: centralista, transmissora, selecionadora e individualista.” Dificultando a ruptura de ideologias, paradigmas e tradições que foram internalizadas pela sociedade e pelas instituições, ou seja, a escola e o professor não se atualizaram de forma crítica em relação as diversas questões que são postas pela sociedade ao ambiente escolar.

O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO ENTRE OS ALUNOS COM E SEM AUTISMO

A socialização entre os seres humanos é um processo que ocorre desde que nascemos e, é algo que deve ser trabalhado desde a infância. Pois “desde o princípio de sua criação e civilização, o homem necessitou de práticas de integração cultural com os

outros seres da mesma espécie, assim, ele tem a educação como principal meio de humanização e transformação social (Meneses, 2021, p. 5)”.

Assim a educação é a chave principal para a inclusão de alunos com autismo em ambientes escolares, a promoção do processo de socialização desempenha um papel fundamental no desenvolvimento global desses estudantes. A interação social é essencial para o crescimento emocional, cognitivo e comportamental de todos os envolvidos, permitindo a construção de relações interpessoais saudáveis e o desenvolvimento de habilidades sociais.

Assim, o processo de socialização entre alunos com e sem autismo pode ser complexo devido às diferentes necessidades e formas de comunicação de cada indivíduo. Pois de acordo com Vygotsky (1997) “a criança cujo desenvolvimento é complicado por um defeito, não é simplesmente uma criança menos desenvolvida (...) mas uma criança desenvolvida de outra forma”. Ou seja, a criança precisa estimular ou aprender suas habilidades sociais.

Desta maneira, para promover uma integração eficaz, é crucial que a escola adote estratégias inclusivas que valorizem a diversidade e incentivem a participação de todos os alunos. Pois para Suplino (2009, p. 2), “o homem moderno passou a necessitar da educação formal para aprender os padrões de comportamento acadêmicos e científicos que passam a ser vistos como sociais. A escola surgiu para dar conta dessa demanda”. Ou seja, essa é a função da escola, colocar na forma os homens comuns e civilizados e desenvolver à sociedade os homens civilizados (Suplino, 2009, p. 2).

Diante desse contexto, a escola pode envolver a implementação de atividades colaborativas, o estímulo à empatia e à compreensão das diferenças, bem como o apoio individualizado para garantir que cada aluno se sinta acolhido e respeitado no ambiente escolar. Logo, “a educação deve ser entendida como uma forma de melhoria da humanização dos indivíduos, assim sendo, todos devem ser incluídos levando em consideração suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento” (Meneses, 2021, p. 6). Além do mais, as pessoas com autismo ou outra deficiência precisam ser entendidas e aceitas nos espaços sociais e tornem-se parte da sociedade, Meneses (2021). É preciso que eles saiam um pouco do grupo familiar e frequentem outros lugares como a igreja, parques, pratiquem esportes, sejam e se sintam parte do processo de saberes. Caso contrário, “a separação dos indivíduos com autismo de um ambiente normal contribui

para agravar os seus sintomas. As crianças com autismo têm necessidades especiais, mas devem ser educadas com as mínimas restrições possíveis” (Goméz e Terán (2014, p. 534).

Logo, cabe ao professor e a comunidade escolar a observação direta das interações sociais, a realização de dinâmicas em grupo que estimulem a cooperação e a troca de experiências, bem como o estabelecimento de espaços seguros para o diálogo e a expressão emocional são estratégias que podem favorecer o processo de socialização entre alunos com e sem autismo. No entanto, “para conseguir trabalhar dentro uma proposta educacional inclusiva, o professor precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada como pondera Mota (2006, p. 14). Além disso, é importante que os educadores estejam capacitados em educação especial e inclusiva para identificar as necessidades específicas de cada aluno e oferecer o suporte adequado para promover uma interação positiva e enriquecedora. Porém deve se ter a atenção para não tentar colocar o aluno autista dentro de uma “caixinha da normalidade” isso apenas engessara seu processo para adaptação ao padronizado.

É de suma importância compreender e analisar cuidadosamente como ocorre o processo de socialização entre alunos com e sem autismo, é possível identificar oportunidades de melhoria, fortalecer as relações interpessoais na escola e promover um ambiente inclusivo e acolhedor para todos. A valorização da diversidade, o respeito às diferenças e o estímulo à colaboração são pilares essenciais para uma socialização eficaz e enriquecedora no contexto escolar. Além do mais, os profissionais da educação devem por sua vez incentivar as brincadeiras lúdicas, interação entre os pares ajustando ou sofisticando as brincadeiras aos alunos com deficiência.

No texto sobre o processo de socialização de alunos com e sem autismo, podemos fundamentar as ideias em autores como, Vygotsky, teórico do construtivismo social, destaca a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Segundo ele, a aprendizagem ocorre por meio da interação com o outro, sendo essencial para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

Lev Semenovich Vygotsky, grande nome da psicologia educacional, abordou a zona de desenvolvimento proximal, ressaltando a importância do papel do outro na promoção do aprendizado. Nesse sentido, a interação entre alunos com e sem autismo

pode ser vista como uma oportunidade de crescimento mútuo, em que cada um contribui para o desenvolvimento do outro.

Maria Teresa Eglér Mantoan, referência em educação inclusiva no Brasil, enfatiza a importância de práticas pedagógicas inclusivas que promovam a participação ativa de todos os alunos, respeitando suas diferenças e valorizando suas potencialidades. A partir dessa perspectiva, é possível criar ambientes escolares mais acolhedores e propícios à socialização entre estudantes com e sem autismo. Dessa forma, é possível enriquecer as reflexões sobre o processo de socialização na escola inclusiva, destacando a importância das interações sociais para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma comunidade escolar mais empática e colaborativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo a inclusão escolar é uma forma de inserção de alunos com alguma deficiência na sociedade, e o objetivo da escola é acolher sem discriminar aqueles que são diferentes como uma forma de afrontar a construção social da sociedade que não valoriza os diferentes, a pluralidade das suas necessidades. Sendo que o papel da escola e da comunidade é inserir esses alunos, principalmente a escola que tem que se transformar estrategicamente de ensino pedagógico para acolher as demandas de cada aluno com deficiência da melhor forma possível, sem homogeneizar ou mascarar os diferentes, valorizando e potencializando as características de cada um.

Assim, a inclusão é um processo árduo. Sendo que as principais dificuldades encontradas nas escolas são: falta de conhecimento sobre o autismo, ausência da formação continuada docente, dificuldade na comunicação professor/aluno/escola; profissionais que possam auxiliar os professores ou mesmo a comunidade escolar sobre o que é e como incluir alunos com alguma deficiência no âmbito escolar.

Ao considerarmos as contribuições dos autores citados no texto possibilitam uma compreensão do processo de socialização entre alunos com e sem autismo, podemos concluir que a interação social desempenha um papel crucial no desenvolvimento e na aprendizagem de todos os estudantes. A partir das teorias desses renomados autores, percebemos que a construção de relações interpessoais saudáveis e inclusivas é fundamental para promover um ambiente escolar acolhedor, empático e enriquecedor.

Vygotsky nos ensina sobre a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, ressaltando que a aprendizagem ocorre por meio do contato com o outro. Destaca a zona de desenvolvimento proximal e o papel do outro na promoção do aprendizado, evidenciando como as interações entre alunos com e sem autismo podem ser benéficas para o crescimento mútuo. Ao incorporarmos as ideias de Maria Teresa Mantoan, que defende práticas pedagógicas inclusivas e valoriza a diversidade no ambiente escolar, compreendemos que a socialização entre alunos com diferentes características e necessidades é essencial para promover a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

Assim, ao unir as perspectivas teóricas desses autores, reafirmamos a importância de fomentar uma cultura escolar inclusiva, que valorize a diversidade, estimule a colaboração e promova a integração social entre todos os estudantes, independentemente de suas particularidades. Somente por meio do respeito mútuo, da empatia e da valorização das potencialidades individuais é possível construir um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e acolhedor para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ARONS, Magali H. et al. Autism-Associated Mutations in Pro SAP2/Shank 3 Impair Synaptic Transmission and Neurexin- Neuroigin- Mediated Transsynaptic Signaling. *The Journal of Neuroscience*, v. 32, n.43, pub. 14966-14978, 2012.

BATISTA, Leticia Alves. **Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade.** 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade> . Acesso em: 10 novembro 2023.

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Brasília: Senado, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1,** de 27 de outubro de 2020. Brasília: Senado 2020.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FREIRE, P. **A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: "Paz e Terra", 1996.

GOMÉZ, A. M. S.; TÉRAN, N. E. **Transtornos de Aprendizagem e Autismo: manual de orientação para pais e professores.** 4º ed. Cultural, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Escolarização Inclusiva de Alunos com Autismo na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.3, p.375-396, Set.-Dez., 2010.

MENESES, Francília S. **Processo de Inclusão de Estudantes Autistas no Ensino Regular.** Somma: Revista Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Teresina, v. 7, n. 1, e040721, jan./jun. 2021 doi:10.51361/somma.v7i1.51.

NÓVOA, António. (1992). **Os professores e a sua formação.** Lisboa. Publicações Dom Quixote.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente.** In: Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa, Ed. Educa, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOARES, Maria Teresa Carneiro e PINTO, Neuza Bertoni. **Metodologia da resolução de problemas.** 2001. In: 24ª Reunião ANPEd, 2001, Caxambu. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp1.htm#gt19>. Acesso em: 30 mar. 2024.

VYGOTSKY, Levi. S. **Obras Escogidas: Fundamentos de defectología.** Madrid: Visor, 1997.

ZANELA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa.** 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.